

# Desafios e Avanços da Política de Formação Especializada de Profissionais de Segurança Pública no Brasil: Reflexões sobre a RENAESP

IVONE FREIRE COSTA<sup>1</sup>

ÍRIS GOMES DOS SANTOS<sup>2</sup>

ANDERSON SOUZA DA SILVA<sup>3</sup>

*Grupo de Pesquisa CNPq – Segurança Pública,  
Direitos Humanos, Justiça e Cidadania  
Universidade Federal da Bahia, Brasil*

**Resumo:** Este artigo objetiva apresentar como a produção acadêmica dos concluintes dos cursos de especializações vinculados à Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP) discute e contribui para a agenda de pesquisa neste campo do conhecimento. O recorte empírico se restringe ao período de 2005 a 2011, com foco na experiência de implementação da política nacional de formação de profissionais de segurança pública no estado da Bahia, a partir de convênios firmados entre a Secretaria Nacional de Segurança Pública e a

---

<sup>1</sup> Doutora em Sociologia Econômica e das Organizações – Universidade Técnica de Lisboa (UTL), Professora Adjunta da Faculdade de Administração, Universidade Federal da Bahia (Currículo – <http://lattes.cnpq.br/7374216741575979>);

<sup>2</sup> Doutora em Ciência Política – Universidade Federal de Minas Gerais, Professora e pesquisadora colaboradora do Programa de Pós-graduação em Segurança Pública, Justiça e Cidadania, Universidade Federal da Bahia (Currículo – <http://lattes.cnpq.br/7374216741575979>);

<sup>3</sup> Estudante de graduação em Ciências Sociais – Universidade Federal da Bahia, Bolsista de Iniciação Científica (currículo – <http://lattes.cnpq.br/0587539080306022>).

Universidade Federal da Bahia. Nesse sentido, apresenta brevemente as razões de criação da Rede e descreve sua trajetória. Igualmente, reflete sobre os impasses na relação entre intelectuais e burocracias policiais que dificultou o desenvolvimento de pesquisas e constrangeu propostas alternativas de reformas nas políticas de segurança. A análise dos dados empíricos evidencia que além da abordagem de questões comuns como o fenômeno da violência e da criminalidade, exteriores às corporações policiais, alunos se voltaram para a análise crítica das práticas policiais a partir de pesquisas que tomaram as próprias corporações como objeto de investigação.

**Palavras Chaves:** segurança pública; formação policial; produção de conhecimento; política pública.

**Abstract:** This article has as its objective demonstrating how academic production of graduates from specialization courses linked to the National Network for High Studies in Public Security (Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública – RENAESP) discusses and contributes to the research agenda of this field of knowledge. Empirically, it is limited to 2005 and 2011, focusing on the experience of implementing this policy in the state of Bahia with partnerships between the National Secretariat for Public Security and the Federal University of Bahia. To this end, it briefly presents the reasons behind the creation of the Network and describes its trajectory. It also reflects on the relationship impasses between intellectuals and police bureaucrats, which made research development harder and inhibited alternative proposals for reform in security policies. The analysis of the empirical data shows that other than common questions such as the violence phenomenon and criminality, which are outside of police institutions, the students focused on the critical analysis of police practices from works that had the institutions themselves as the object of study.

## Introdução

Os longos anos de regime militar instaurados no país tiveram impactos tanto na formação profissional dos operadores do sistema de segurança pública quanto na natureza e abrangência da produção científica relativa ao campo. Sabe-se também que a experiência autoritária vivenciada no Brasil provocou um distanciamento da União em relação aos problemas de violência, criminalidade e insegurança enfrentados nos estados. Cenários que começam a ser modificados no final da década de 90, a partir da criação gradual de uma agenda federal nessa área.

Do ponto de vista da formação das polícias, as orientações curriculares, em grande medida derivadas das Forças Armadas e das academias de polícia estaduais, nem sempre privilegiaram discussões e problematizações sociológicas e políticas acerca do uso da força policial, das funções de controle social, das covariatas socioeconômicas da violência e dos direitos de cidadania. Como consequência disso, tornaram-se comuns ao imaginário das corporações associações diretas entre os direitos humanos “conquistados” após 1988, a impunidade de criminosos e o incentivo à ocorrência e reincidência da violência e de delitos.

Todavia, não se trata de uma visão particular das corporações, uma vez que isso se reflete em parcela da sociedade na qual impera a ideia de que a integridade física e psicológica de suspeitos e infratores e a proteção à criança e ao adolescente, por exemplo, são fatores causais da expansão da violência e da criminalidade. Nessa linha de raciocínio, tem colaboração uma mídia que espetaculariza e reduz ao senso comum tais questões, e desconsidera seu papel importante para a percepção destes fenômenos enquanto problemas públicos (Ramos e Paiva 2007).

No que se referem às questões da produção do conhecimento no campo da segurança, o estudo de categorias e aspectos pertinentes às burocracias policiais e às políticas públicas do setor enfrentou grandes entraves na Academia brasileira, sobretudo, decorrentes dos conflitos latentes entre intelectuais e militares. Carvalho (2006) cita os exemplos das resistências da comunidade acadêmica latino-americana em estudar, investigar e se especializar em temas relacionados aos militares, pois quem escrevia a respeito poderia ser considerado simpatizante de suas ideologias. Na perspectiva do autor, esse distanciamento dificultou a participação qualitativa da comunidade acadêmica na proposição de políticas alternativas às militares e, ou, na tentativa de influenciar mudanças culturais e comportamentais destes.

Havia, assim, grande relutância em se desenvolver pesquisas e estudos nessa área e em articular parcerias com organizações policiais e públicas para a realização de pesquisas e processos de formação junto às burocracias do setor. Por sua vez, a resistência citada era uma via de mão dupla, recíproca por parte das burocracias do setor em relação aos acadêmicos. Como sinalizou Lesbat, existia muito preconceito de ambas as partes, dos militares e seus superiores e da Universidade (BRASIL Câmara dos Deputados – Atas da ANC 1987).

Apesar de o campo de estudos relacionado à segurança pública ter crescido na década de 80, a disseminação de estudos e pesquisas continuou mais restrita ao ambiente universitário, visto que a maioria dos

grupos de intelectuais da área não buscava uma aplicabilidade prática de suas teorias para a resolução de problemas da vida social (Leeds 2011). Cabe ainda salientar que a própria discussão sobre políticas públicas no Brasil – uma área na qual se ganha destaque a operacionalização de reflexões teóricas para a análise, implementação e avaliação de ações governamentais – ganha força apenas a partir de meados da década de 90.

No entanto, o problema não era necessariamente uma ausência de reflexões ou de massa crítica sobre as instituições de segurança e políticas públicas – o que de fato não se verifica –, mas tão somente a articulação entre esta comunidade e os políticos e burocracias – os formuladores de políticas públicas. Leeds (2011) e Freitas e Ribeiro (2014) recordam que o primeiro esforço de articulação entre Academia e burocracias policiais foi efetuado por Antônio Paixão, entre 1987 e 1988, sendo esse responsável pela inauguração da parceria entre a Universidade e a polícia no estado de Minas Gerais, através da Fundação João Pinheiro. A partir disso, experiências e trabalhos conjuntos entre governos e acadêmicos foram ganhando destaque e acúmulo ao longo da década de 90.

Outrossim, se a Nova República não garantiu uma mudança automática na desconfiança estabelecida entre intelectuais e burocratas do setor, sendo ainda tensa a interação entre produtores de conhecimento e os atores encarregados de formular e implementar políticas de segurança e justiça criminal (Lima 2011), a política nacional de formação especializada de profissionais na área de segurança pública, consubstanciada na Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP), é uma das propostas mais profícuas e estruturadas de criação de espaços de articulação entre estes atores, buscando, simultaneamente, avanços no que tange à formação dos operadores do sistema de segurança pública e à produção de conhecimento no campo, valendo-se da *expertise* prática dos burocratas e das contribuições e reflexões teóricas e metodológicas dos intelectuais acadêmicos.

Nesse esteio, o objetivo deste artigo é discutir como a produção acadêmica dos egressos dos cursos de especializações vinculados à RENAESP se relacionam com a agenda de pesquisa no campo do conhecimento da segurança pública. O recorte empírico se restringirá à experiência de implementação dessa política no estado da Bahia, a partir de convênios firmados entre a Secretaria Nacional de Segurança Pública e a Universidade Federal da Bahia, no período compreendido pelos anos de 2005 a 2011.

O artigo se estrutura em cinco seções principais, além da introdução e conclusões. Na primeira, o desenho da política da RENAESP será brevemente apresentado. Em sequência, tratar-se-á de descrever a implementação desta política na Bahia. A terceira seção objetiva traçar um perfil dos alunos egressos. Por fim, as duas últimas partes refletirão sobre alguns aspectos do campo do conhecimento da segurança pública, bem como sobre as contribuições das produções acadêmicas produzidas no âmbito dos cursos da RENAESP/UFBA para avanços teóricos e empíricos no campo.

### **A Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública – RENAESP**

Como dito, o governo federal se manteve ausente das discussões e pautas da área durante muitos anos em virtude de dois elementos principais. O primeiro era o temor de provocar suspeitas nos governos estaduais sobre uma atitude intervencionista que contrariasse o novo pacto federativo, justamente numa área de íntima relação com práticas ditatoriais e com a autonomia dos estados. O segundo foi o receio dos governos federais em se envolverem profundamente num tema complexo, pois um fracasso poderia ter altos custos políticos (Cano 2006; Soares 2012).

Entretanto, a crise da segurança pública provocou uma demanda social e política exigindo que os poderes públicos intervissem de maneira mais ativa, independente das aparentes limitações constitucionais sobre sua atuação ou competência direta. A questão relaciona-se com o fato de a saída do governo federal da função de regulamentação e financiamento ter atendido às expectativas dos governadores e das burocracias policiais no contexto da transição política, sugerindo ser o modelo mais democrático para a área, mas também, consequentemente, ter diminuído o caráter cooperativo no setor da segurança pública. Dessa forma, no rastro da criminalidade crescente, acadêmicos, movimentos sociais, políticos e lideranças policiais discutem a questão da segurança pública como nunca haviam feito antes, fomentando, inclusive, a criação de espaços de articulação e formação policial dentro da Universidade por meio da realização de cursos de especialização, convênios e consultorias (Lima, *et al*, 2000; Soares 2012; Barreira e Adorno 2010).

Assim, quando o governo federal inicia a tessitura de um processo de estreitamento nas relações intergovernamentais para indução de mudanças nas práticas e políticas do setor, incorre, consequentemente, numa

trajetória de intervenções sucessivas que resulta em políticas nacionais mais robustas. A partir de 1997, é possível identificar um aumento contínuo da participação da União com políticas e práticas democráticas de intervenção no setor e sua conseqüente aproximação com os governos estaduais e municipais (IPEA 2008). Neste ano, tem vez a criação da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), instalada no Ministério da Justiça, que pouco a pouco foi assumindo competências na área de prevenção, justiça restaurativa e segurança pública. A SENASP lançou o I Plano Nacional de Segurança Pública – PNSP (2000), o primeiro da história democrática do país, pautado na discussão da prevenção da violência.

Um marco significativo de institucionalização da mudança no padrão de relacionamento intergovernamental no setor foi a criação do Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP (Lei 10.201/2001). O FNSP serve como um instrumento de legitimação das propostas do governo federal ao estabelecer critérios e mecanismos de transferência de recursos, competências, complementaridades e condicionalidades entre os níveis subnacionais na execução de uma política nacional de segurança pública. Funciona com o objetivo de alinhar as políticas estaduais e municipais a uma agenda comum, planos e programas formulados em nível federal, conferindo aos demais níveis de governo responsabilidades para aplicar recursos federais e complementá-los. Assim, o governo federal não implementa apenas seus programas, mas redireciona o comportamento dos atores com base em novas estruturas conceituais e legais.

Durante a gestão do Governo Lula ocorreu uma significativa ampliação do papel de intervenção da União na orientação das políticas de segurança pública adotadas pelas unidades subnacionais (Rattón e Barros 2006), o que auxilia a legitimação da implementação de seu Plano Nacional de Segurança Pública (2003). Formulado por acadêmicos, o Plano apresentou como meta principal a redução de modalidades da violência que se manifestam sob a forma de criminalidade, considerando que este problema é decorrente de um conjunto de práticas, circunstâncias históricas, condições institucionais e relações sociais violentas. Neste período, a SENASP se consolida como um núcleo de referência normativa e executiva para políticas de estados e municípios. Este espaço também funciona como formador de quadros que associando novos conceitos teórico-metodológicos e tecnologias vem tecendo fundamentações para projetos de mudanças institucionais no setor.

No âmbito do Plano previu-se a criação gradual de um Sistema Único de Segurança Pública – SUSP com atuações governamentais

(federais, estaduais e municipais) convergentes para a implementação de programas e ações relativas à área de segurança pública e justiça criminal, com ênfase na prevenção à criminalidade e violência (BRASIL 2003). O SUSP buscava disciplinar e organizar os órgãos da área, através da integração dessas instituições. O caráter regulatório, não vinculante, das políticas permitiu ao Governo Federal iniciar a implementação execução de algumas ações previstas no SUSP, juntamente com os estados e municípios que aderiram ao Plano Nacional, mesmo sem a finalização do processo de análise e julgamento da lei do SUSP (PL n. 1.937 de 2007).

No escopo do SUSP incluiu-se a Rede Nacional de Especialização em Segurança Pública. Política que buscou incentivar uma democratização e padronização na formação especializada de profissionais de segurança pública no país, valendo-se da “Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas de Profissionais da Área de Segurança Pública”, em especial com a inclusão de conteúdos relacionados aos direitos humanos, policiamento comunitário e prevenção à violência, assim como a capacitação e valorização dos profissionais de segurança. A RENAESP é um modelo contemporâneo de gestão e cooperação em rede na área de segurança pública e constitui-se numa alternativa para viabilizar a entrada de novos atores, sustentando uma base democrática de produção do conhecimento e participação social.

Outro objetivo da política é difundir entre os profissionais e suas organizações os conhecimentos e capacidades necessários à construção de um “novo modo de fazer segurança pública”, comprometido com a cidadania e os direitos humanos. Os cursos oferecidos na RENAESP se apresentam na modalidade presencial e à distância. As instituições de ensino superior, públicas ou privadas, podem submeter propostas de curso aos editais de credenciamento, regularmente publicados pelo Ministério da Justiça. Cabe salientar que a Rede pauta-se na oferta de vagas sem distinção de nível hierárquico (patentes/cargos) dos policiais em suas respectivas corporações.

Um dos motes da criação da Rede é justamente a aproximação entre o universo acadêmico e as burocracias policiais. Razão pela qual, em 2011, foi ganhadora do concurso “Inovação na Gestão Pública Federal” por ter conseguido reduzir o déficit histórico de articulação entre Universidades e polícias. Trata-se de um importante espaço de formação de redes entre acadêmicos e profissionais da área, acumulando conhecimentos e cumprindo também, parcialmente, a ideia de integração policial, vez que os cursos são ofertados conjuntamente para todas as organizações do setor da segurança sejam estaduais, federais

ou municipais. Neste tocante, fica evidente a importância das ideias na formação das instituições e das políticas públicas, como ressaltado por Weir (2002, 2006), Pierson (2006) e Thelen e Steinmo (2002) e, igualmente, a existência de uma comunidade de especialistas como condição necessária às mudanças no campo.

Os resultados positivos da política podem ser evidenciados em seu gradual fortalecimento e expansão. Entre os anos de 2005 a 2011, a quantidade de instituições credenciadas para a realização dos cursos aumentou exponencialmente. Foram 22 cursos realizados nos anos de 2005-2006; 73 cursos nos anos de 2007-2009, envolvendo mais de 66 instituições de ensino superior em todo o país. Em 2012, o funcionamento da RENAESP foi regulamentada pela Portaria 1.148. No ano de 2009, foram criados mecanismos de controle e monitoramento das ações da política, assim como o Ministério financiou pesquisas para avaliação dos resultados e desempenho da Rede.

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública executou uma das pesquisas de avaliação financiadas pela SENASP, na qual buscou traçar um perfil dos alunos egressos e os impactos gerados do ponto de vista da capacitação e valorização profissional. A amostra utilizada por essa pesquisa foi significativamente reduzida, portanto, não caberia expor os dados em virtude das fragilidades de generalização. Atualmente, o Programa de Estudos, Pesquisas e Formação em Políticas e Gestão de Segurança Pública (PROGESP/UFBA) desenvolve uma investigação abrangente sobre os resultados e impactos da RENAESP, cujo recorte empírico representa 80% do contingente de 237 alunos especialistas graduados contemplados como beneficiários diretos da política na Bahia.

## **A Implementação da RENAESP na Bahia**

A história de implementação da RENAESP na Bahia se confunde com a própria trajetória de constituição da política, uma vez que a ideia embrionária materializou-se em 2005, em um projeto piloto realizado nesta Universidade, no âmbito do PROGESP. A experiência pioneira já se pautava nas diretrizes da Matriz Curricular Nacional e contou com recursos do Governo Federal, em parceria com a UNODC – agência da ONU sobre Drogas e Crimes, para a oferta de 50 vagas de especialização.

Após a conclusão do primeiro curso piloto – Curso de Especialização em Políticas e Gestão de Segurança Pública – I CEGESP (2005), a UFBA foi credenciada a realizar o segundo (II CEGESP). Nesta mesma

sequencia, o Ministério da Justiça expandiu a experiência para todo o país, originando a RENAESP. Em 2008, o PROGESP, via UFBA, apresentou a proposta de um novo curso, cujo enfoque foi a prevenção – Curso de Especialização em Prevenção da Violência, Promoção da Segurança e da Cidadania (CEPREV). Formando, simultaneamente, duas turmas de especialização (III CEGESP e o I CEPREV). Nos anos seguintes, foram realizados o IV CEGESP e o II CEPREV. Atualmente, existem mais duas turmas de especialização em formação – V CEGESP e III CEPREV.

Em todo o período, foi graduado com título de especialização um total de 237 alunos, sendo 33,8% oriundos dos cursos CEPREV e 66,2% do CEGESP. A maior parte dos trabalhos finais de conclusão de curso foi publicada na Revista da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública, criada e editorada pelo PROGESP. Além disso, no ano de 2015, tem-se a publicação do livro “Políticas e Gestão de Segurança Pública em Estudos”, organizado pela coordenadora da RENAESP na Bahia, Dra. Ivone Freire Costa, com o propósito de divulgar a produção acadêmica dos discentes em uma obra sintética capaz de expressar a transversalidade dos conteúdos, associada a uma noção de garantia dos direitos e dos princípios da democracia.

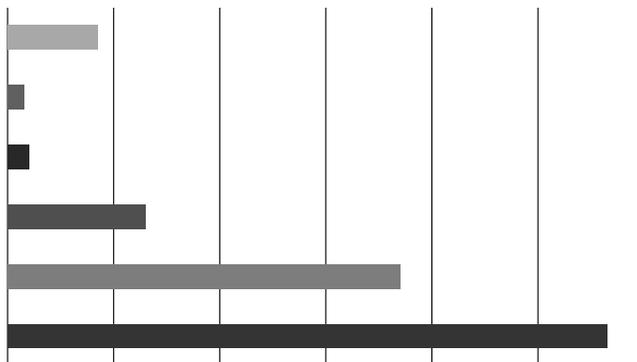
Nessa direção, a UFBA, assim como outras IES vinculadas à RENAESP, vem demonstrando o caráter social da Universidade ao buscar promover mudanças de paradigmas na sociedade, a partir de reflexões aprofundadas e críticas, e sedimentando espaços de diálogo, formação e pesquisa em conjunto com as burocracias responsáveis pela elaboração e implementação das políticas públicas nos três níveis de governo. Como sugere Freire (1987), uma aproximação e comunicação direta e contínua entre universidade e comunidade *in loco*, buscando transpor a lógica da posse do método como instrumento de poder e distanciamento entre o saber prático e o científico. Por fim, não seria incorreto afirmar que a implantação da RENAESP na Bahia se desdobrou no primeiro mestrado profissional em segurança e justiça criminal do país, instalado na Faculdade de Direito da UFBA.

Longe estamos de considerar a política nacional de formação especializada de profissionais da segurança pública como um processo perfeito e finalizado, porquanto os analistas de políticas públicas conhecem bem as limitações e dificuldades de implementação de uma política no formato *top down*. Há caminhos a percorrer e desafios a superar, porém, os resultados mais imediatos da política demonstram sua capacidade de gerar *increasing returns* favoráveis.

## O Perfil dos Alunos Egressos

O perfil dos alunos das turmas de especialização da RENAESP/UFBA reflete a ideia de abertura e horizontalização no acesso à formação diferenciada, própria do desenho desta política. A partir da realização do segundo curso não houve restrição alguma em relação à origem institucional do candidato, aceitando-se representantes de todas as corporações e agências integrantes do sistema de segurança pública. Note-se que, apesar disso, PM e PC ocuparam mais de 70% das vagas. Obviamente, devemos considerar o fato de essas corporações apresentarem os maiores contingentes policiais.

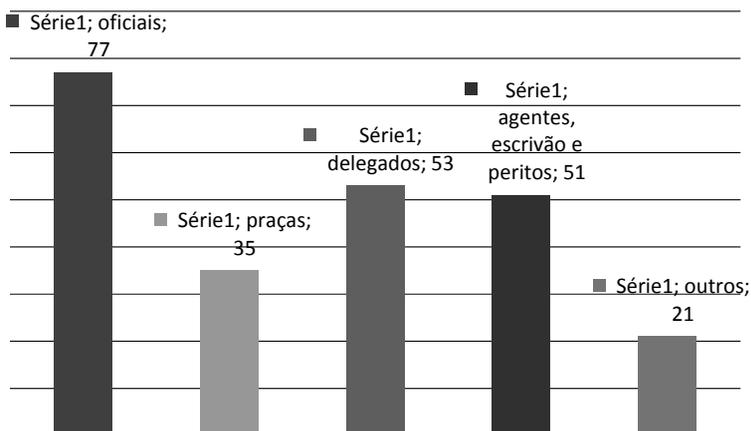
**Gráfico 1 – Vínculo Institucional dos Alunos da RENAESP/UFBA (2005 – 2011)**



Fonte: registro cadastral de alunos RENAESP/UFBA

Ao compararmos as corporações civis (Polícia Civil e Técnica) e Militar, observa-se uma distribuição mais equânime entre os cargos hierárquicos no âmbito das corporações de natureza civil. Os oficiais militares graduados representaram mais que o dobro dos praças (Gráfico 2). A categoria “outros” é composta por guardas municipais (06), policiais rodoviários federais (04), advogados (03), policiais federais (03) e funções administrativas da Secretaria de Segurança Pública e do Sistema de Justiça Criminal.

**Gráfico 2** – Distribuição de Alunos por Cargo/Patente (RENAESP-UFBA, 2005 a 2011)



Fonte: registro cadastral de alunos RENAESP/UFBa

No que se refere à distribuição de alunos por sexo, verifica-se uma diferença significativa. Onde, 150 alunos são do sexo masculino e 79 do feminino. Considerando a composição de 47,7% do total de alunos oriunda da PM, organização com uma representação feminina ainda baixa, em especial no oficialato, o número de mulheres ao longo das edições dos cursos não pode ser considerada como insignificante. As mulheres representam quase metade dos alunos integrantes da PC (tabela 1) e nem 1/3 daqueles oriundos da PM.

**Tabela 1** – Distribuição Alunos Egressos por Sexo e Instituição de Origem (RENAESP-UFBA, 2005 a 2011)

Órgão	Masculino (%)	Feminino (%)
Polícia Militar	76,1	23,9
Bombeiros	50,0	50,0
Polícia Civil	52,7	47,3
Polícia Técnica	61,5	38,5
GM	83,3	16,7

Polícia Federal e Pol. Rodoviária Federal	100,0	0,0
Outros	50,0	50,0
Soc. Civil	0,0	100,00

Fonte: registro cadastral de alunos RENAESP/UFBa

## Aspectos Relevantes do Campo do Conhecimento na Área

A classificação da produção acadêmica relativa a este campo de conhecimento no Brasil, referente ao período de 1970-2000, pode ser dividida em quatro grandes grupos, propostos por Kant, *et al* (2000), a saber: *i) delinquência e criminalidade violenta; ii) polícia e sistema de justiça criminal; iii) violência, imagens práticas e discursos; iv) políticas de segurança pública e de violência urbana.*

Nos trabalhos classificados no primeiro grupo predominou uma preocupação maior com investigações direcionadas à relação entre pobreza, desigualdades e violência, questões urbanas e nos vínculos societários dos sujeitos tidos como infratores. Já aqueles oriundos do segundo grupo buscaram refletir sobre o eixo interpretativo, a cultura jurídica brasileira de caráter hierárquico e inquisitorial, abordando a organização policial, prisões e administração da justiça criminal. As pesquisas atreladas ao grupo “*violência, imagens práticas e discursos*” adotaram uma abordagem voltada para como a população reage ao efeito da violência e como isso se relaciona com meios de comunicação.

Por último, o grupo *políticas de segurança pública e de violência urbana* ainda não se configurava enquanto uma área de pesquisa consolidada, quando comparada aos demais. Não obstante, se desenvolve como um campo de pesquisa cujo tema objeto de estudo se insere em um fenômeno complexo, dividido em duas posições: em políticas públicas de segurança repressivas e preventivas, ambas visando a negociação de conflitos. No tocante à última classificação do campo de estudos acima, cumpre salientar que a fragmentação ou indisponibilidade de dados oficiais dificultava não somente a pesquisa científica, mas, inclusive, o conhecimento para a formulação de políticas públicas robustas (preventivas ou repressivas).

Barreira e Adorno (2010) afirmam que a partir de 1980, o sistema penitenciário, as estatísticas criminais, tipologias de crimes e as polícias passam a ser objeto de estudos dos intelectuais. Porém, o interesse pelos

temas e a abordagem especificamente sociológica inicia-se nos anos 1970 e, com o crescente aumento das produções na área, vem a se consolidar durante a década de 1990. O fato é que gradativamente a violência e o crime foram tomando conta das metrópoles brasileiras, suscitando debates polarizados sobre suas causas e formas de enfrentamento.

Dados extraídos de trabalho elaborado por Lima (2011), com base em análise de tipo bibliométrica da produção de teses e dissertações no Brasil (1983-2006), indicam que as Ciências Sociais Aplicadas acrescentaram a maior parte da produção acadêmica na área de Segurança Pública (44,1%), enquanto as demais Ciências Humanas representaram 39,1%. Entre as disciplinas no interior das grandes áreas destacou-se, notadamente: Direito (34,9%), com pesquisas orientadas em torno das palavras-chave “crime” e “direitos humanos”. Segue-se com Ciências Sociais (12,7%), Psicologia (7,8%), História (7,7%), Educação (7,1%) e Saúde Coletiva (4,2%). Na distribuição regional, 60% dos estudos foram realizados em universidades da região sudeste, principalmente nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, acompanhadas pelas da região sul (20,2%), nordeste (11,4%), centro-oeste (7,3%) e norte (1,4%). Em relação aos temas versados nas teses e dissertações, observou-se que violência liderou a produção com 33,1% dos estudos, seguidos por crime (18,5%), direitos humanos (15,1%), criminalidade (14,1%), polícia (10%), prisão (6,5%) e tráfico de drogas 1,3%. Os demais, como conflitualidade, guardas e segurança municipal, segurança urbana e justiça criminal, corresponderam a 1,5% (Lima 2011).

No entanto, ao contrário do ocorrido em outras áreas de interesse coletivo, as investigações acadêmicas em segurança pública não possuíam respaldo e investimentos procedentes das burocracias policiais, fator responsável por constranger a formação de uma agenda ampla de pesquisa voltada para questões das políticas e práticas de gestão no campo, como ressaltado por Leeds (2011). Neste contexto, a estruturação do campo dependeu, inicialmente, das contribuições de pesquisas individuais de intelectuais (teses, dissertações etc) com apoio de agências de fomento nacionais (CAPES, CNPq) e do esforço de comunidades acadêmicas na conformação de grupos de trabalho em eventos científicos regionais e nacionais.

A partir da década de 90, no entanto, ocorre uma aproximação entre governos e comunidades acadêmicas especializadas em estudos e pesquisas no setor. Expandem-se grupos e centros de pesquisa na área de segurança, justiça e violência, alcançando posteriormente o interesse na análise de políticas públicas (Leeds 2011; Barreira e Adorno 2010). Lima

(2011) destaca a importância do fomento internacional da Fundação Ford e da SENASP para consolidação de um campo de estudo no setor, em especial a partir dos anos 2000. A primeira destinou financiamentos às ações de diversas organizações da sociedade civil, dentre outros grupos de intelectuais; e a segunda, em parceria com agências da ONU no Brasil, institucionalizou um importante mecanismo de fomento às pesquisas específicas e aplicadas – o Projeto Pensando a Segurança Pública – com aportes regulares para o desenvolvimento de investigações que, em geral, potencializam ou complementam diagnósticos para as diversas áreas de atuação do Estado no que tange os problemas de segurança e justiça.

### **Resultados e Contribuições da Produção Intelectual da RENAESP/UFBa**

A cada edital de credenciamento publicado, a SENASP foi realizando adequações e novas exigências para cumprimento por parte das Instituições de Ensino Superior (IES). Isso se refletiu diretamente no comportamento dos dados relativos à orientação e, conseqüentemente, na absorção e atração de novos professores e intelectuais com interesse nos temas da área. Note-se que nos dois primeiros cursos implementados a orientação dos trabalhos de conclusão ficou concentrada em apenas 03 professores, totalizando 119 monografias (mais da metade do total), exatamente aqueles docentes da disciplina de metodologia científica e a própria coordenadora geral dos cursos.

A partir do terceiro curso, houve a reivindicação da formação de um quadro mais amplo de profissionais disponíveis para o acompanhamento dos projetos de pesquisa dos alunos. Incorporou-se, portanto, mais de 10 professores na condição de orientadores, cujas áreas de atuação compreendiam: Sociologia, Administração, Direito, Ciência Política, Antropologia, Pedagogia etc. Houve, inclusive, a absorção de ex-alunos – oriundos da PM, PC e PT-, como docentes e orientadores nos cursos seguintes. Característica mais relevante desse processo foi a estruturação de uma articulação entre grupos de pesquisas e docentes lotados em diferentes universidades do estado, públicas (Universidade Federal da Bahia, Universidade do Estado da Bahia, Universidade do Sudoeste da Bahia e Universidade Estadual de Santa Cruz) e privadas (UNIFACS, D. Pedro II, UNIJORGE e Universidade Católica do Salvador).

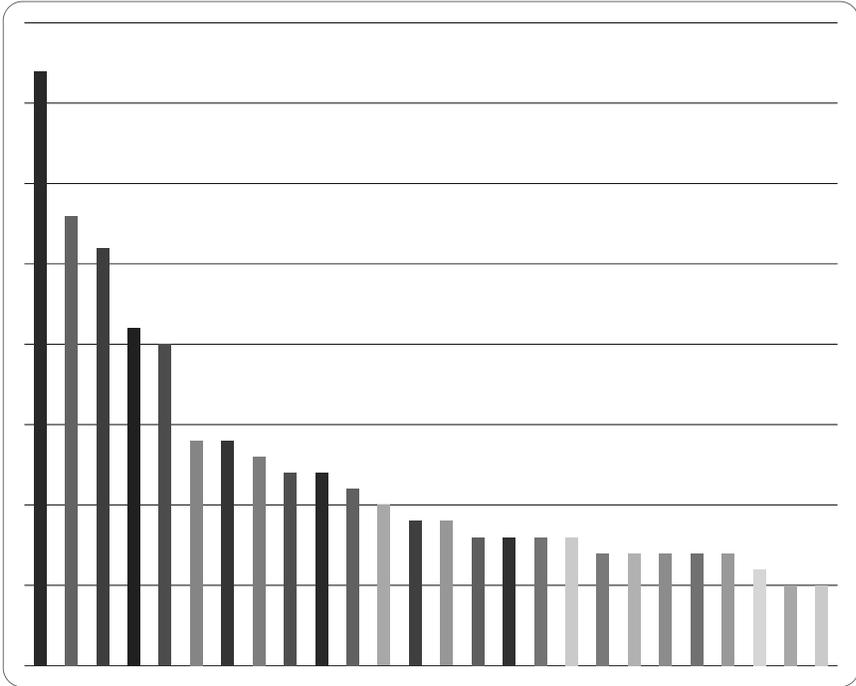
Em relação às linhas de pesquisa desenvolvidas pelos alunos no período analisado, há predominância de trabalhos de conclusão enqua-

drados na linha “Políticas e Gestão de Segurança Pública” (96); seguido da linha “Criminalidade, Sistema Prisional e Vitimização” (61); “Direitos Humanos, Justiça e Cidadania” (49) e, por fim, “Prevenção das Violências, Mediação, Redução das Criminalidades e Sociabilidades” (31). Na verdade, ocorreu uma distribuição relativamente similar de trabalhos entre as linhas ao longo do tempo, se considerar que a linha relacionada à temática da prevenção somente foi iniciada a partir do I CEPREV, em 2008. Deste modo, seria mesmo provável maior concentração na linha de políticas e gestão, vez que aconteceram duas turmas a mais de CEGESP.

Um recorte analítico das linhas de pesquisa dos trabalhos de conclusão de curso, segundo a origem institucional dos autores (alunos), permite identificar que os integrantes da Polícia Técnica tiveram mais interesse na área de estudos sobre criminalidade, sistema prisional e vitimização, enquanto os da PM e da PC desenvolveram quantitativo maior de trabalhos na área das políticas e gestão. Por sua vez, a discussão acerca da prevenção, mediação e redução de criminalidade se concentrou praticamente entre os alunos vinculados à PM. O total de trabalhos com adesão à linha de direitos humanos, justiça e cidadania se distribui de maneira muito semelhante entre PM (23) e PC (18).

Através do levantamento das palavras-chave dos títulos das produções discentes, identificaram-se as categorias empíricas e teóricas mais recorrentes, perfazendo um total de 90. Destas categorias, 38 foram citadas em 03 ou mais trabalhos. Selecionando somente aquelas citadas em mais de 05 produções monográficas, restou um total de 26 categorias principais sobre as quais versaram a maior parte dos trabalhos produzidos no âmbito da RENAESP-UFBA.

**Gráfico 3** – Principais Categorias Empíricas e Teóricas das Produções Intelectuais dos Alunos dos Cursos da RENAES-UFBa (2005 – 2011)



Fonte: registro cadastral de alunos RENAESP/UFBa

Os dados do gráfico 3 sugerem que as produções dos alunos contribuíram de forma significativa para acúmulo de conhecimento em diversas áreas associadas à segurança pública e, notadamente, àqueles temas que se enquadram numa agenda de pesquisa ainda emergente (organização e gestão do trabalho policial, políticas pública, tráfico de drogas, gênero, estatísticas e análise espacial do crime, desvios policiais, saúde ocupacional, vitimização etc).

As pesquisas, em tela, se preocuparam em desenvolver reflexões teóricas e empíricas não somente a respeito de questões mais comuns ao fenômeno das violências e criminalidades – covariatas estruturais e sociais –, e exógenas às corporações policiais. Curiosamente, grande parte das monografias buscou avançar em análises acerca das próprias organizações, compreendendo tanto suas dinâmicas internas e políticas

implementadas, quanto a interação conflituosa destas com a sociedade. Muitos alunos egressos dos cursos da REANESP/UFBA ousaram ao colocar suas organizações na condição de objeto de investigação, sujeitas a serem desveladas e refletidas à luz de dados inéditos, nem sempre acessíveis aos acadêmicos profissionais, e teorias sociais, raramente discutidas entre os policiais.

Leeds (201) acredita que as implicações da abertura da Academia e das burocracias para um diálogo e trabalho em conjunto, em especial na construção de políticas públicas, corroboram a importância de um campo de estudo ainda pouco explorado nas ciências sociais. Na visão da autora, a rigidez da educação superior brasileira opôs um obstáculo à formação e pesquisa em políticas públicas de modo geral, e em segurança pública em particular, com a sua ênfase privilegiada em questões teóricas e sua resistência à pesquisa em ciências sociais aplicadas que limitaram a análise das políticas públicas às abordagens mais tradicionais, com um viés de Administração Pública, reduzindo as possibilidades de os cientistas influenciarem as políticas públicas no setor, a partir da desestruturação de padrões tradicionais de policiamento e controle da ordem e na abertura para a entrada de novos atores políticos, reduzindo o insulamento da área.

## **Considerações Finais**

Das discussões e achados aqui apresentados, infere-se que um processo de revisão e análise crítica de práticas e políticas vem sendo possibilitado neste espaço de articulação entre Universidade e burocracias policiais, concorrendo para a redução das resistências existentes e tornando mais crível a produção e aplicação dos conhecimentos e saberes produzidos sob base científica às políticas elaboradas e implementadas pelos atores do sistema.

Em tal cenário tem lugar um jogo de “ganha ganha” (jogo de soma não-zero), o qual contempla interesses acadêmicos, burocráticos, governamentais, individuais e coletivos. A relevância desta experiência se encontra na mobilização para uma nova maneira de pensar a segurança pública, fundada em valores da democracia, de respeito ao outro, da confiança, da cooperação.

Há, todavia, diversos desafios para a consecução dos princípios democráticos, horizontais e de valorização profissional dos operadores da segurança pública, delineados na

RENAESP, os quais perpassam pela sensibilização das hierarquias e alto escalão dos governos estaduais no sentido de incorporarem a titulação derivada dos cursos como critério de promoção ou melhoria salarial, bem como facilitar e flexibilizar o acesso e permanência dos profissionais nos cursos. Do ponto de vista das contribuições para a produção e acúmulo de conhecimento no campo da segurança pública, se faz importante estruturar um amplo programa formativo em desenhos de pesquisa e métodos qualitativos e quantitativos, a fim de se aperfeiçoar o uso e manipulação de dados, informações e saberes disponibilizados pela interação entre Academia e burocracias.

### Referências Bibliográficas

- ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, 1987. Comissão da Organização, Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições *Relatórios e Pareceres aos Anteprojetos das Comissões – Substitutivo*.
- BARREIRA, C.; ADORNO, S. *A Violência na Sociedade Brasileira*. In: MARTINS, Carlos Benedito; MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza (Org.). *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Barcarolla, v. 1, p. 303-374, 2010.
- BRASIL. (2001). Lei no. 10.201 de 14 de fevereiro de 2001. Institui o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP e dá outras providências
- BRASIL. (2003). Ministério da Justiça / SENASP. Plano Nacional de Segurança Pública para o Brasil.
- BRASIL. (2007). Congresso Nacional. Projeto de Lei 1937/2007. Regulamenta a Constituição
- BRASIL. (2008). *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA*. Relatórios de Avaliação (2006-2009).
- CANO, I. Políticas de segurança pública no Brasil: tentativas de modernização e democratização versus a guerra contra o crime. *SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos*. n. 5, Ano 3, 2006.
- CARVALHO, J. M. de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. 2ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17a ed. 23.<sup>a</sup> reimp. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREITAS, R. S; RIBEIRO, L. *Some Current Developments in Brazilian Sociology of Crime: Towards a Criminology?* In: *International Journal of Criminology and Sociology*, 2014, 3, 175-185.
- LEEDS, E. Prefácio. In: RATTON, J. L; LIMA, R. S. *As Ciências Sociais e os Pioneiros nos estudos sobre Crimes, Violência e Direitos Humanos no Brasil*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2011.

- LIMA, R. Kant; MISSE, M; MIRANDA, A. P. Mendes. Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia. In: *BIB – Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, no. 50, 2000, pp.45-123.
- LIMA, Renato Sérgio de. Produção Acadêmica e Segurança Pública no Brasil. In: \_\_\_\_\_. *Entre Palavras e Números: violência, democracia e segurança pública no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2011, p. 37-71.
- PIERSON, P. Public Policies as Institutions. In: SHAPIRO, Ian; SKOWRONEK, Stephen; GALVIN, Daniel. *Rethinking Political Institutions: the art of the state*. New York University Press, 2006.pp.114-134.
- RAMOS, Silva; PAIVA, Anabela. *Mídia e Violência*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.
- RATTÓN, J.L; BARROS, M. *Polícia, Democracia e Sociedade*. Pernambuco: Lumen Juris, 2006.
- SOARES, Luís E. *Rázes do Imobilismo Político na Segurança Pública*, 2012. Disponível em: <<http://www.luizeduardosoares.com/?p=997>>. Acesso em Fevereiro de 2013.
- THELEN, Kathleen; STEINMO, Sven. Historical Institutionalism in Comparative Politics. In: \_\_\_\_\_. *Structuring Politics: Historical Institutionalism in Comparative Analysis*. Cambridge, 2002. pp.1-33.
- WEIR, M. Ideas and the Politics of Bounded Innovation. In: THELEN, Kathleen; STEINMO, Sven. *Structuring Politics: Historical Institutionalism in Comparative Analysis*. Cambridge, 2002. pp.188-216, 2002.
- WEIR, M. When Does Politics Create Policy. In: SHAPIRO, Ian; SKOWRONEK, Stephen; GALVIN, Daniel. *Rethinking Political Institutions: the art of the state*. New York University Press, 2006. pp171-185, 2006.